

19. Deus Não Nos Deve Nada: A Doutrina da Justificação pela Fé em Romanos (Rm 4:1-8; Gn 15:6; Sl 32)

Autor: Diego Vieira Dias | Grupo: Teologia e Pregações | Data: 12/01/2026 15:38

1. O Contexto da Carta aos Romanos: A Universalidade do Pecado

Para compreender a profundidade do capítulo 4 de Romanos, é imperativo situar o texto dentro da lógica argumentativa desenvolvida pelo apóstolo Paulo nos capítulos anteriores. A Epístola aos Romanos é uma construção teológica meticulosa, onde cada argumento serve de alicerce para o próximo.

Nos três primeiros capítulos, Paulo estabelece uma premissa fundamental e devastadora para o orgulho humano:

- a **universalidade do pecado**; e,
- a total **incapacidade do homem de se justificar** diante de Deus por seus próprios méritos.

No capítulo 1, o apóstolo demonstra a **culpabilidade do mundo gentílico**, que, apesar de ter acesso à revelação natural de Deus na criação, optou pela idolatria e pela imoralidade. No capítulo 2, ele volta sua atenção para os judeus, argumentando que possuir a **Lei e a circuncisão não os isentava do julgamento**, uma vez que eles também transgrediam a Lei que pregavam.

O clímax dessa argumentação ocorre no capítulo 3, onde Paulo conclui que "todos pecaram e carecem da glória de Deus". Não há um justo sequer. Diante desse cenário de condenação universal, ele introduz a **doutrina da justificação pela fé**: Deus, em sua justiça e graça, declara o pecador justo não pelo que o pecador fez, mas pela redenção que há em Cristo Jesus.

É neste ponto crítico que surge o capítulo 4. Paulo antecipa uma objeção natural que viria de seus leitores judeus ou daqueles influenciados pelo judaísmo. **Se a salvação é inteiramente pela fé e não pelas obras da Lei, o que dizer de Abraão?**

"Que diremos, pois, ter alcançado Abraão, nosso pai segundo a carne?" (Romanos 4:1)

A figura de Abraão não é apenas histórica, mas teológica. Ele é o patriarca da nação, o modelo de piedade e o primeiro a receber a promessa. Para a mentalidade judaica da época, se havia alguém que poderia ter sido aceito por Deus devido à sua excelente conduta moral e obediência, esse homem seria Abraão.

Portanto, o capítulo 4 funciona como o teste final da doutrina de Paulo. Se o apóstolo não conseguisse **demonstrar que o próprio Abraão foi justificado pela fé, e não pelas obras**, toda a sua tese sobre o Evangelho da graça ruiria. O apóstolo precisa provar que o método de Deus para salvar o homem sempre foi o mesmo, tanto no Antigo quanto no Novo Testamento: a fé na promessa divina, independentemente do mérito humano.

A transição para o capítulo 4, portanto, não é uma mudança de assunto, mas a aplicação prática e histórica da teologia exposta anteriormente. Paulo convida o leitor a examinar as Escrituras para ver como o relacionamento entre Deus e Abraão foi estabelecido: foi um pagamento por serviços

prestados ou um presente imerecido? Essa é a questão central que define a natureza do Cristianismo.

2. O Dilema de Abraão: A Justificação foi por Obras ou por Fé?

Ao introduzir a figura de Abraão no argumento, o texto bíblico estabelece uma antítese fundamental. A questão não é apenas histórica, mas judicial: qual foi a base legal para a aceitação de Abraão diante de Deus? Existem apenas duas possibilidades lógicas apresentadas por Paulo: ou a justificação ocorreu por mérito das obras, ou ocorreu mediante a fé.

Paulo inicia com uma proposição hipotética:

*"Porque, se Abraão foi justificado por obras, tem de que se gloriar, porém não diante de Deus."
(Romanos 4:2)*

A lógica aqui é econômica e judicial. Se alguém realiza um trabalho e cumpre todos os requisitos de uma lei, a recompensa recebida não é um favor, mas uma dívida. Se Abraão tivesse sido justificado por suas obras — isto é, se sua obediência moral, sua circuncisão ou seus sacrifícios tivessem sido a causa de sua salvação —, ele teria um motivo legítimo para se gloriar. Ele poderia dizer: "Eu conquistei isso. Eu sou digno desta posição".

No entanto, o apóstolo imediatamente anula essa possibilidade com a cláusula restritiva: "porém não diante de Deus". **Embora as obras de Abraão fossem admiráveis aos olhos humanos** e lhe conferissem um status de honra entre os homens (uma justiça horizontal), elas **eram insuficientes para satisfazer o padrão de santidade absoluta exigido pelo tribunal divino** (justiça vertical). Diante da perfeição de Deus, nenhuma quantidade de boas obras humanas é capaz de gerar mérito salvífico.

Para resolver este dilema, Paulo não recorre à tradição rabínica ou à opinião popular, mas à autoridade suprema das Escrituras. A pergunta central é: "Que diz a Escritura?". A resposta é extraída diretamente de Gênesis 15:6, um momento decisivo na vida do patriarca:

"Abraão creu em Deus, e isso lhe foi imputado para justiça." (Romanos 4:3; Gênesis 15:6)

Este versículo é a chave hermenêutica de todo o argumento. O texto não diz que Abraão "trabalhou para Deus" ou que ele "obedeceu a Deus" para ser justificado, mas que ele **creu**. A fé, neste contexto, não é uma obra meritória; é o instrumento de recepção. Abraão olhou para fora de si mesmo, para a promessa de Deus — a promessa de uma descendência inumerável, apesar de sua idade avançada e da esterilidade de Sara — e confiou que Deus era poderoso para cumprir o que havia dito.

O termo "imputado" (ou creditado) é crucial. Significa que Deus colocou na conta de Abraão algo que não lhe pertencia por natureza. A justiça não foi produzida por Abraão; ela foi conferida a ele. Deus considerou Abraão justo não porque ele fosse moralmente perfeito em suas ações, mas porque ele depositou sua confiança na Palavra divina.

Portanto, o veredito bíblico destrói qualquer possibilidade de jactância humana. Se a justificação fosse por obras, a glória seria do homem. Como é pela fé, a glória pertence inteiramente a Deus, que justifica o ímpio. Este precedente estabelecido com Abraão confirma que o caminho para a salvação nunca foi o desempenho humano, mas sempre a confiança na provisão e na promessa de Deus.

3. A Diferença Crucial entre Salário por Mérito e Favor Imerecido

Para ilustrar de forma definitiva a impossibilidade da justificação pelas obras, Paulo utiliza uma analogia extraída do cotidiano do trabalho humano. Ele estabelece um contraste nítido entre dois sistemas de relacionamento: o sistema de pagamento por dívida e o sistema de favor imerecido (graça).

A distinção é apresentada nos versículos 4 e 5:

*"Ora, ao que trabalha, o salário não é considerado como favor, e sim como dívida. Mas, ao que não trabalha, porém crê naquele que justifica o ímpio, a sua fé lhe é atribuída como justiça."
(Romanos 4:4-5)*

No mundo secular e nas relações laborais, o princípio do mérito é justo e necessário. Se um indivíduo cumpre sua jornada de trabalho e realiza suas tarefas, o empregador tem a obrigação legal e moral de pagar o salário. O pagamento, nesse caso, não é um presente, um ato de bondade ou uma caridade do patrão; é o cumprimento de uma **dívida**. O trabalhador tem o direito de exigir o que é seu, pois ele produziu o valor equivalente.

Paulo aplica essa lógica à teologia para demonstrar o absurdo da salvação pelas obras. Se alguém tentasse ser salvo por seu próprio esforço, estaria, em essência, tentando colocar Deus em uma posição de devedor. Estaria dizendo: "Deus, eu cumpri os teus mandamentos, fiz caridade e fui religioso; agora Tu me deves a vida eterna". Contudo, a Bíblia é clara ao afirmar que Deus não deve nada a ninguém. O Criador é autossuficiente e soberano, e nenhuma criatura pode colocá-Lo sob obrigação.

Em oposição a esse modelo falido, surge o versículo 5, que contém uma das declarações mais escandalosas e libertadoras do Novo Testamento: Deus "justifica o ímpio".

A frase é chocante porque, na Lei de Moisés (Êxodo 23:7; Provérbios 17:15), justificar o ímpio era uma abominação. Um juiz terreno que absolvesse um criminoso seria considerado corrupto. No entanto, o que é abominação para o juiz humano é a glória da graça divina. Deus não justifica o justo (pois não há nenhum), nem o "bom trabalhador". Ele justifica aquele que "não trabalha" — isto é, aquele que desiste de tentar comprar sua salvação com a moeda falsa de sua própria justiça e reconhece sua falência espiritual.

A justificação pela fé opera no reino da **graça**, não da dívida. A salvação é um presente gratuito dado àquele que não merece, mas que crê. A fé não é uma "obra" disfarçada que substitui as obras da lei; ela é o ato de mãos vazias que recebe o tesouro oferecido por Deus. Portanto, o Evangelho anuncia que o homem não precisa se tornar justo para ser aceito; ele é aceito pela fé em Cristo e, como resultado dessa aceitação, é transformado.

4. O Testemunho de Davi: A Bem-Aventura do Perdão

Para solidificar sua argumentação teológica, o apóstolo Paulo não se contenta apenas com o exemplo de Abraão. Seguindo o princípio bíblico de que "pela boca de duas ou três testemunhas se confirmará toda a palavra" (Deuteronômio 19:15), ele convoca uma segunda testemunha de peso incontestável para a história de Israel: o Rei Davi.

Enquanto Abraão representa o patriarca que viveu antes da promulgação da Lei Mosaica, Davi viveu sob o pleno vigor da Lei. Se havia alguém que conhecia o peso dos mandamentos e a severidade da justiça divina, esse homem era Davi. No entanto, ao descrever a essência da felicidade humana e da

aceitação por Deus, Davi não apela para a obediência aos estatutos, mas para a misericórdia.

Paulo cita o Salmo 32 para demonstrar que a justificação pela fé não é uma invenção nova, mas o fundamento da esperança dos santos do Antigo Testamento:

"E é assim também que Davi declara ser bem-aventurado o homem a quem Deus atribui justiça, independentemente de obras: Bem-aventurados aqueles cujas iniquidades são perdoadas, e cujos pecados são cobertos; bem-aventurado o homem a quem o Senhor jamais imputará pecado." (Romanos 4:6-8; Salmo 32:1-2)

A escolha de Davi é estratégica e profundamente comovente. Davi não era um homem sem pecado; ele cometeu transgressões gravíssimas, incluindo adultério e homicídio. Pela letra estrita da Lei, Davi merecia a morte, não a justificação. Ele não tinha "obras" para apresentar a Deus como pagamento; suas obras, naquele momento crítico, eram crimes. Se a salvação dependesse de mérito, Davi estaria irremediavelmente perdido.

Portanto, quando Davi fala de "bem-aventurança" (uma felicidade suprema e intocável), ele não está celebrando sua própria performance moral. Ele está celebrando o perdão. A passagem define a justificação sob uma perspectiva negativa que é vital para o pecador: a **não imputação do pecado**.

Aqui vemos os dois lados da moeda da justificação:

1. **Positivamente:** Deus imputa (credita) a justiça de Cristo ao crente, como visto no caso de Abraão.
2. **Negativamente:** Deus não imputa (não coloca na conta) o pecado ao crente, como celebrado por Davi.

A expressão "pecados cobertos" remete ao sistema sacrificial, onde o sangue cobria a ofensa. Mas a realidade final aponta para a Cruz, onde o pecado não é apenas coberto, mas removido. A bem-aventurança descrita por Davi não é a alegria do homem que nunca falhou, mas o alívio profundo do homem que, tendo falhado, descobre que Deus decidiu não cobrar a dívida de sua transgressão.

Assim, Paulo harmoniza a história de Israel: de Abraão a Davi, o caminho para Deus nunca foi a perfeição humana, mas a fé que recebe o perdão gratuito. Davi confirma que, mesmo sob a Lei, a única esperança do transgressor é que Deus justifique sem as obras da Lei.

5. A Impossibilidade do Mérito Humano e a Liberdade da Graça

A conclusão a que o apóstolo Paulo nos conduz é inelutável e confrontadora: **Deus não nos deve nada**. Toda a estrutura da religiosidade humana baseada no desempenho — a ideia de que se fizermos o bem, Deus é obrigado a nos abençoar — é demolida pela doutrina da justificação pela fé.

A insistência de Paulo em utilizar os exemplos de Abraão e Davi serve para provar que a salvação nunca foi uma transação comercial. Se a relação com Deus fosse baseada em mérito, a graça deixaria de ser graça. O mérito anula a graça, pois transforma o dom divino em pagamento de dívida.

"Ora, ao que trabalha, o salário não é considerado como favor, e sim como dívida." (Romanos 4:4)

O perigo da teologia das obras reside justamente na tentativa de inverter a ordem do universo: a

criatura tenta colocar o Criador em débito. Contudo, o Evangelho anuncia que a única coisa que a humanidade conquistou por mérito próprio foi a condenação, pois "o salário do pecado é a morte" (Romanos 6:23). A vida eterna, por outro lado, é descrita invariavelmente como um dom gratuito de Deus.

Esta verdade, embora humilhante para o ego humano que deseja se vangloriar, é a fonte da verdadeira liberdade cristã. Se a nossa aceitação dependesse da nossa obediência perfeita, viveríamos em constante terror e insegurança, pois jamais saberíamos se fizemos o suficiente. A consciência do pecado nos assombraria, assim como assombrava a Davi antes do perdão.

A doutrina da justificação pela fé oferece uma segurança inabalável porque ela não repousa sobre a areia movediça da fidelidade humana, mas sobre a rocha da fidelidade de Deus.

"Mas, ao que não trabalha, porém crê naquele que justifica o ímpio, a sua fé lhe é atribuída como justiça." (Romanos 4:5)

A expressão "ao que não trabalha" não é um convite à preguiça espiritual ou à indiferença moral, mas uma descrição daquele que abandonou a pretensão de salvar a si mesmo. É aquele que reconhece sua falência espiritual e se lança inteiramente nos braços da misericórdia divina.

Em suma, a mensagem de Romanos 4, ilustrada pela vida dos patriarcas e reis, é que o caminho para o céu está fechado para aqueles que tentam subir com suas próprias escadas de boas obras. Entretanto, a porta está escancarada para o ímpio que, arrependido, crê que Deus é poderoso para justificar, perdoar e transformar. A salvação é, do início ao fim, um ato soberano da graça de Deus, recebido unicamente pela fé, para que toda a glória seja dEle.

Augustus Nicodemus. **#19. Deus não nos deve nada..**
https://youtu.be/Gt4w1hecwao?si=_IEzFJI8v-747rU-